

América Latina em perspectiva histórica

Valerio

Arcary, professor do CEFET/SP, doutor em História pela USP, é autor d'*As esquinas perigosas da história*, e do conselho da revista **Outubro**.

Foi uma ironia da história que o proletariado latino americano tenha começado a travar grandes combates com relativa independência de classe, justamente, quando a classe trabalhadora européia, a grande protagonista dos combates anti-capitalistas na primeira metade do século, se retirava de cena. A primeira revolução operária do continente sacudiu a Bolívia no início dos anos cinqüenta e, depois de uma extraordinária luta proletária, foi derrotada, mas o marxismo passou a ser, pela primeira vez na América Latina, o vocabulário da maioria da classe operária.

Na América Latina o século XX começou com a revolução mexicana, uma das maiores revoluções camponesas da história. A vaga revolucionária aberta pelo triunfo da revolução russa de Outubro de 1917 despertou imensa esperança em uma pequena vanguarda operária inspirada em ideais igualitaristas ainda, majoritariamente, anarquista ou sindicalista, animando greves, mas chegou cedo demais em um continente ainda arcaico, clerical, e agrário. Mesmo se o crescimento das economias capitalistas latino-americanas na virada do século XIX para o XX, como tinha previsto Marx na epígrafe, não tivesse sido capaz de diminuir as desigualdades sociais, não se abriram situações revolucionárias no continente, enquanto a Europa Central tremia com a ameaça de outras Repúblicas de Sovietes. Até o tenentismo no Brasil, um movimento armado que expressava dentro das Forças Armadas o descontentamento dos setores médios da sociedade com a oligarquia da República velha, ficou sem bases sociais nas incipientes cidades e se transformou em uma coluna militar em dissidência.

Na seqüência da crise de 1929, em alguns países do continente como o Brasil e o México, as burguesias nacionais se aproveitaram da crise de liderança imperialista no sistema internacional de Estados herdada pela Primeira Guerra Mundial para conquistar um posicionamento econômico mais favorável. Cárdenas e Vargas suspenderam o pagamento das dívidas externas por mais de dez anos, e exigiram a anulação de uma parte significativa dos juros pendentes para voltar a pagar. Sociedades ainda agrárias, majoritariamente, passaram incólumes pela I Guerra Mundial e, mesmo se atingidas pela depressão dos anos trinta, não foram atingidas pelas duas primeiras vagas revolucionárias internacionais que sacudiram o século e tiveram como cenário o continente europeu.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, em países como o Brasil, o Chile, o Uruguai, e, em menor medida, o Peru, a Bolívia e a Colômbia, partidos comunistas vinculados a Moscou cresceram em organização e influência, em grande medida

como parte do prestígio da União Soviética na luta contra o nazi-fascismo, mas não se abriram situações revolucionárias. Em resumo: o proletariado não entrou em cena como principal sujeito social da luta de classes na primeira metade do século. O projeto anti-capitalista não encontrou bases sociais de massas.

O proletariado latino-americano entra na cena da História

Foi uma ironia da história que o proletariado latino americano tenha começado a travar grandes combates com relativa independência de classe, justamente, quando a classe trabalhadora européia, a grande protagonista dos combates anti-capitalistas na primeira metade do século, se retirava de cena. A primeira revolução operária do continente sacudiu a Bolívia no início dos anos cinquenta e, depois de uma extraordinária luta proletária, foi derrotada, mas o marxismo passou a ser, pela primeira vez na América Latina, o vocabulário da maioria da classe operária boliviana. Na primeira metade desta década, no auge da guerra fria, movimentos poli-classistas como o peronismo e o varguismo, recorreram a controladas mobilizações das massas trabalhadoras recém urbanizadas, procurando proteger os mercados internos da Argentina e do Brasil de forma que a incipiente industrialização pudesse sobreviver. Comprimidos entre as avassaladoras pressões dos EUA de um lado, e as aspirações populares das classes médias por outro, em sociedades em que a burguesia era uma classe ainda muito frágil, surgiu um movimento nacional-desenvolvimentista burguês apoiado em um movimento operário burocraticamente controlado pelo Estado. Cunhou para a história a expressão “populismo”: um fenômeno político que unia o caudilhismo de líderes que usavam o Estado para impedir a mobilização independente das massas populares, elevavam a instituição da Presidência sobre as outras instituições como os Parlamentos e a Justiça flertando com um bonapartismo defensivo de país periférico, e arbitravam uma inserção mais independente no sistema mundial.

O continente latino-americano escreveu sua primeira página de glória na história da revolução socialista com o triunfo da revolução cubana em 1959. Uma onda de entusiasmo e radicalização política se estendeu do México ao Chile, mas a hora dos combates decisivos seria decidida no Rio de Janeiro. O perigo de novas “Cubas” levou Washington a fomentar um cerco comercial, político e militar a Cuba. A surpresa da vitória do movimento 26 de Julho em Havana levou os EUA a uma contra-ofensiva que explica o golpe contra-revolucionário no Brasil em 1964 e na Argentina em 1966. O medo de que a revolução se alastrasse de Cuba para todo o continente explica a história política da América Latina nos vinte anos que vão de 1960 a 1980. Em 1968, a situação mundial de relativa estabilidade nos países

centrais se inverteu com a greve geral francesa que obrigou De Gaulle a procurar refúgio em uma base militar na Alemanha. A rebelião do Quartier Latin contagiou a classe operária francesa, e o exemplo de Paris incendiou a juventude europeia e norte-americana que se lançaram a grandes manifestações de massas pela causa do Vietnam invadido.

A vaga revolucionária continental inspirada pela vitória em Cuba foi derrotada

Mas, enquanto a quarta vaga da revolução mundial se alastrava para a Itália e Lisboa, e seus ecos instigavam a juventude mexicana a ocupar a Praça do Zócalo na terceira maior cidade do mundo, e 100.000 saíam às ruas do Rio de Janeiro para gritar 'abaixo a ditadura', a situação na América Latina evoluía, desfavoravelmente, para a esquerda. O Cone Sul permaneceu coberto de ditaduras militares, e a revolução chilena, isolada, sucumbiu. Cuba ficou sozinha. Um golpe dentro do golpe precipitou uma situação contra-revolucionária no Brasil. A explosão do proletariado argentino no Cordobazo permitiu o retorno de Péron do exílio e a realização de eleições presidenciais, mas a burguesia de Buenos Aires não admitia qualquer sobressalto à sua dominação, e não hesitou em seguir o exemplo de Pinochet, e impôs uma das ditaduras mais sangrentas do século XX em 1976. A vaga revolucionária latino-americana foi, finalmente, derrotada, e a esquerda inspirada no exemplo cubano de inspiração guevarista foi dizimada. No início dos anos oitenta as ditaduras latino-americanas foram caindo, umas após as outras, mas as classes dominantes lograram estabilizar os regimes democrático-liberais com a promessa da alternância eleitoral. A geração mais velha e experiente do movimento operário e da esquerda latino-americana tinha medido forças com a contra-revolução e tinha sido esmagada. Um fio de continuidade histórica tinha sido interrompido, sem que as ilusões reformistas na possibilidade de um capitalismo desenvolvimentista e distribuidor tivessem sido superadas.

Uma segunda vaga continental de revoluções na aurora do novo século

Depois de um quarto de século de desinteresse, na seqüência do terrível golpe de 11 de setembro de 1973, em Santiago do Chile, a esquerda mundial olha de novo para a América Latina com alguma esperança. Em nenhuma outra parte do mundo a resistência aos ajustes inspirados na plataforma do neoliberalismo foi tão grande. A insurreição no Equador, em janeiro de 2000, sinalizava que uma nova conjuntura estava se abrindo. As jornadas revolucionárias de dezembro de 2001, em Buenos Aires, fulminaram o governo De La Rúa e revelaram que os calendários eleitorais eram insuficientes para conter o mal estar das classes populares. Na

Venezuela, o fracasso do golpe contra Chavez em 2002, um desenlace inusitado, sugeria que o recurso às quarteladas, um padrão na política externa norte-americana nos anos sessenta, depois da vitória da revolução cubana, que ameaçava radicalizar a luta de classes em todo o continente, não era mais plausível. E, depois, vieram as eleições no Brasil e Equador. Finalmente, em Outubro de 2003, a greve geral na Bolívia, o fim do mandato de Gonzalo de Losada e a posse de Mesa e, no segundo semestre de 2005, a queda do próprio vice-presidente e eleição de Evo Morales no calor de uma situação revolucionária, confirmaram que estamos em um novo contexto histórico.

O governo Lula despertou imensa expectativa, dentro e fora do Brasil. Afinal, era um exemplo de uma alternância eleitoral bem sucedida. Parecia uma alternativa à crise econômica e social provocada pelos governos alinhados com a política inspirada pelo FMI e defendida por Washington, como os de FHC, Menem, Fujimori. Passados quase quatro anos, a política do governo do PT se revela em sua plenitude: a preservação de um ajuste fiscal duríssimo, associado a um plano de políticas sociais compensatórias – o Bolsa Família – inspirado no modelo das políticas sociais focadas. A questão de fundo que, entretanto, permanece colocada, é saber se, com esta estratégia, é possível conter a tendência à precipitação de situações revolucionárias que já levou à derrubada de tantos governos. Por quanto tempo a perspectiva de crescimento baixo poderá ser compensada pela distribuição de um pouco de dinheiro e cestas básicas para as famílias mais pobres, os chamados excluídos?

Um novo marco histórico: estagnação e recolonização

Há mais de vinte anos, as sociedades latino-americanas entraram, de conjunto, em uma longa estagnação – crescimento muito baixo, inferior a 3% ao ano, na média das décadas de oitenta e noventa - com poucas variações do produto nacional, mesmo quando a economia dos EUA se recuperava, como entre 1992 e 2000. A mobilidade social intensa do período histórico anterior se interrompeu. Pela primeira vez, uma geração de jovens descobriu que não podia aspirar a uma vida melhor que a da geração de seus pais. As tensões sociais que o processo de urbanização e industrialização do pós-guerra conseguiu absorver, porque permitia a esperança de uma ascensão individual, deixou de ser possível.

Entretanto, ainda que estejamos diante de uma vaga de mobilizações revolucionárias continental, nenhuma ruptura mais significativa aconteceu. Nem uma ruptura na inserção dos países latino-americanos no Sistema Mundial de Estados, nem uma ruptura social. Nenhum Estado latino-americano conseguiu

ainda impor uma segunda independência. Não ocorreu nenhuma vitória anti-capitalista como foi, em seu tempo, a revolução cubana. O mapa político latino-americano, contudo, já mudou substancialmente, e ainda vai mudar mais. Chavez, Lula, Gutierrez (que já caiu) e Kirchner, a Frente Ampla no Uruguai e o MAS de Evo Morales na Bolívia, são governos que se explicam, mesmo considerando as evidentes diferenças das forças políticas e pressões sociais que permitiram que chegassem ao poder, pelo esgotamento dos ajustes neoliberais promovidos no continente nos anos noventa.

A via inglesa tem condições de estabilizar o continente?

O marxismo analisa todos os fenômenos da vida político-social – a começar pela caracterização dos governos - a partir de um ângulo de classe. Esse é um procedimento incontornável. Todas as novas forças políticas que chegaram ao poder, por diferentes vias e em contextos diversos, constituíram governos burgueses. Mas, tão importante quanto a identificação da natureza de classe destes governos, haveria que considerar que são governos burgueses *anômalos*. São atípicos, ou *sui generis*, porque são governos de coalizão política de partidos que na origem tinham suas bases sociais nos movimentos operários e populares e outros movimentos sociais, com partidos ou lideranças empresariais. São, portanto, governos de colaboração de classes. Diante deles, parecem desenhar-se quatro cenários que denominaremos, de via chilena, via russa, via inglesa e via argentina. As metáforas históricas são sempre perigosas porque, como sabemos, a história não se repete e os esquemas são somente um esforço de procurar padrões, mas não deixam de ser um instrumento de análise.

Na primeira via, a “chilena”, por analogia com Allende em 1973, o governo da Frente Popular não conseguiu reunir forças sociais de apoio interno e relações internacionais que pudessem impedir a contra-revolução. O Governo não mobilizou as massas no sentido de uma revolução, mas não atendeu, também, às pressões do imperialismo, e foi derrubado por um golpe fascista. Na segunda, a “russa”, por analogia com Kerensky e o intervalo entre fevereiro e outubro de 1917, o governo de colaboração de classes fracassou, igualmente, mas as forças da revolução se anteciparam às da contra-revolução.

Na terceira, a inglesa, por analogia com os governos do Labour Party nos anos vinte, repetida depois de 1945, o governo de colaboração de classes encontra uma situação econômica internacional favorável de crescimento, que permitiu negociar concessões, e articula com sucesso um pacto social e político que estabilizou a crise que o levou a vencer as eleições, e permite a alternância eleitoral

sem traumas. As duas condições para esse triunfo do reformismo social democrata foram a dinâmica econômica internacional de crescimento econômico e o medo da revolução mundial: o terror burguês europeu de novas Petrograds, depois de 1917, e o receio do capital britânico de que a situação francesa e italiana entre 1944 e 1947 contagiasse a classe trabalhadora inglesa.

Na última, a Argentina, por analogia com a eleição de De La Rúa em 2000, os novos governos aplicaram, na essência, o mesmo ajuste econômico e político que o FMI exigiu de todos os governos anteriores, apoiados no crédito de esperança depositados pelos movimentos organizados de trabalhadores. Não conseguiu terminar o seu mandato, mas o regime democrático encontrou uma solução para a governabilidade por dentro do quadro institucional vigente. Não teremos pela frente, muito provavelmente, nenhuma dessas situações “quimicamente puras”, mas combinações inesperadas. No Equador, por exemplo, Gutiérrez teve em 2005 o mesmo destino que De La Rúa na Argentina em 2001.

A questão de fundo para considerar as perspectivas maiores ou menores da via inglesa ou argentina é analisar as dinâmicas sociais das sociedades latino-americanas no marco das flutuações econômicas e políticas internacionais contemporâneas. O crescimento dos últimos quatro anos foi sustentado pelo reaquecimento da economia mundial depois da crise de 2000-2002. Mas, se esse crescimento permitiu uma relativa estabilização no México, Argentina e Brasil, redesenhou, também, uma inserção mais subordinada do continente no mercado mundial com exportador de commodities. As políticas sociais compensatórias têm sido o elemento estabilizador chave de Governos como os de Fox no México, depois da queda do PRI na etapa pós-1995 com o acordo de livre comércio com os EUA e Canadá, da concertação chilena pós Pinochet, e das situações brasileira e argentina com Lula e Kirchner. Transições políticas complexas que não foram muito diferentes na África do Sul, depois da vitória do CNA dirigido por Mandela. E não deveríamos esquecer a experiência pioneira de Walesa e o Solidarinosc na Polônia. Em nenhum destes países, foi possível uma dinâmica de crescimento econômico. O PT transformista no Brasil, o peronismo reciclado na Argentina, o CNA na África do Sul, e o Solidarietà na Polônia foram capazes de estabilizar os regimes políticos, em função do prestígio conquistado quando estavam na oposição, mas não são portadores de qualquer projeto nacional diferenciado das forças liberais que substituíram no poder.

Disputas inter-imperialistas no atual sistema mundial de Estados?

O enquadramento da situação latino-americana em um cenário internacional pode ser, também, estimulante. As primeiras três vagas revolucionárias do século

XX – 1917/23, na Europa Oriental e Central; 1929/37, na Alemanha e Espanha, e 1945/48, na região do Mediterrâneo - seriam inexplicáveis, historicamente, sem a contextualização do confronto entre revolução e contra-revolução, em um cenário de disputas inter-imperialistas pela supremacia no Sistema Mundial. Teriam sido essas Guerras um fenômeno excepcional e, hoje, "anacrônico", historicamente, superado? Ou as disputas econômico-comerciais de hoje entre as potências e seus blocos, entre outros conflitos, poderiam ir além das escaramuças de todos os dias, surpreendendo-nos? Seria possível imaginar um único bloco político-militar perene, sob liderança incontestada dos EUA, como na guerra contra o Iraque e a Jugoslávia, ou esses acordos teriam sido transitórios e, no futuro, improváveis? Em outras palavras, estaria já resolvido o problema de uma nova ordem mundial inter-estatal, depois da restauração capitalista na URSS?

A questão não parece simples de resposta, mas admitamos, por um momento, que sim. Mas, e se alguns dos países do continente latino-americano que estão sendo reduzidos a aceitar sem resistência a recolonização, viessem a viver processos de revoluções de "fevereiro" e queda de regimes? Será isso tão pouco provável? Essas perguntas hoje não permitem respostas. Basta, contudo, colocá-las para termos uma idéia do grau de incerteza que cerca os acontecimentos mundiais.

Seria bastante que alguns dos principais países devedores do mundo se unissem para suspender a rolagem dos juros sobre as suas dívidas externas para que toda a instável ordem mundial fosse sacudida até os seus alicerces. Bolas de cristal são dispensáveis para concluir que, em um cenário de recessão mundial que poderá se abrir a partir de 2007 quando se esgotar o ciclo iniciado em 2003, será só uma questão de tempo para que uma nova vaga de moratórias se precipite na periferia do sistema. Todas as tentativas de redução da interpretação de questões, essencialmente, políticas, como a estabilidade da democracia nos países periféricos da América Latina, a uma resposta mono-causal economicista não são, portanto, satisfatórias. Ninguém ignora como é frágil a governabilidade em um continente que defenestrou dez presidentes nos últimos quinze anos: Alfonsín não completou seu mandato em 1989, Collor no Brasil em 1992 e, depois, Carlos Andres Perez na Venezuela, Fujimori no Peru, De la Rúa na Argentina, Goni e Mesa na Bolívia, dois presidentes eleitos no Equador e um no Paraguai.

A situação na Europa não seria, também, tranquilizadora. Nos trinta anos do pós-guerra, entre 1945 e 1975, a sociedade européia atravessou um crescimento muito superior aos dos últimos quinze anos. A colaboração política entre as forças mais influentes do movimento operário e do capital permitiu a construção estável dos regimes democráticos, solidificados pelo chamado Estado de Bem-Estar social. Esse processo não foi suficiente, no entanto, para impedir 1968 e, curiosamente,

quase no centenário da Comuna de Paris. O que torna irresistível a comparação histórica: por quê não pensar que o intervalo dos chamados trinta anos de ouro do capitalismo do pós-guerra teria sido uma exceção, e não um novo padrão, na história do capitalismo? A vaga revolucionária mundial iniciada em 1968 foi, precocemente, como a Comuna de 1871, uma explosão pioneira.

A regularidade dos padrões dos ciclos capitalistas não deve ser procurada na forma administrada pelos fundos públicos e pela intervenção estatal, com recessões longas, porém, suaves, e recuperações brandas, mas na forma do mercado livre de fortes limitações da regulação estatal que resultou na catástrofe de 1929. O keynesianismo estatal regulador seria, assim, um desvio histórico bem sucedido para aliviar as pressões da revolução mundial, todavia, insustentável, na longa duração, portanto, transitório. Mas, nesse caso, seria o Sul de hoje que indicaria o que será o Norte amanhã? Nas três décadas mais trágicas do século XX, entre 1914 e 1944, a burguesia alemã disputou com armas o lugar da liderança no sistema internacional de Estados. Foi uma etapa de aumento da competitividade entre os Estados mais poderosos pela conquista de uma nova hegemonia mundial, depois do deslocamento da Inglaterra, e antes dos Estados Unidos e do dólar ocuparem o seu lugar. Vejamos o que afirma Arrighi, sobre esse período, no ensaio “Costume e Inovação”:

“A fase B assumiu a forma peculiar de “competição excessiva” entre os Estados, em vez de entre empresas. A luta competitiva foi travada pelos Estados, ao invés de pelas empresas, e a fase B assumiu características que estavam ausentes nas fases B anteriores. Uma peculiaridade importante dessa fase B, por exemplo, foi a completa ausência de liderança nas relações monetárias inter-Estados (...) O resultado foi que as guerras e as depressões profundas que decorreram da conjunção da fase B, com uma fase de lutas pela hegemonia mundial, aumentaram ainda mais a liderança norte-americana no sistema”. 1 [2](grifo nosso)

Estariamos, de novo, diante de uma etapa histórica em que a luta pela hegemonia estatal de uma potência imperialista estaria em aberto, um novo *intervalo histórico* de disputa? Ou, pelo contrário, o conflito já estaria resolvido, e tanto a Europa como o Japão já teriam aceitado a liderança militar e política americana, e a sua moeda? Talvez ainda não tenhamos uma distância necessária do processo em curso para uma resposta categórica, e uma certa prudência de análise seja apropriada. Mas, esta interrogação não parece ser secundária porque, embora esteja longe de poder ser considerado o fator determinante, *inexistiu na História, nos últimos duzentos anos, qualquer período de crescimento sustentado,*

1[2] ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Trad. Sandra Vasconcelos. Petrópolis, Vozes, 1998. p. 29.

sem que o sistema tivesse resolvido o problema da hegemonia imperialista, e da moeda dominante.

Como Arrighi e Wallestein, que são hostis a explicações monocausais para grandes mudanças históricas (elas podem ser as mais variadas: a baixa tendencial da taxa de lucro que é neutralizada pelo barateamento do capital constante e o aumento de extração de mais valia; ou o subconsumo, que é neutralizado pela extensão do mercado mundial, e pelo peso crescente do consumo derivado dos salários indiretos; etc.), também pensamos que seria mais interessante compreender o hiato histórico de crises revolucionárias nos países centrais (a exceção de Portugal em 1975, uma sub-metrópole atípica), em um quadro teórico pluricausal. Nem uma nova expansão do crédito é provável nos próximos anos com a elevação das taxas de juros que aconteceu em 2006, inibindo o mercado interno dos países imperialistas, em especial nos EUA, nem as perspectivas de crescimento das exportações dos países centrais, a alavanca dos ciclos curtos de recuperação nos anos 90 é previsível, em função dos ajustes fiscais rigorosíssimos nos países dependentes. Um novo “boom” como o do pós-guerra, já foi, várias vezes, anunciado, sem evidências macro-econômicas, minimamente, convincentes. Parece, também, muito difícil, imaginar um novo boom econômico, sem uma maior estabilidade no sistema mundial inter-Estados, às voltas com o problema “insolúvel” do colapso da situação no Oriente Médio, das turbulências da restauração capitalista na China, e com uma crescente instabilidade em boa parte da América Latina, em especial na região andina. O impressionismo é péssimo conselheiro.

Vejamos um exemplo: já sabemos que, antes que ficasse claro, lá pelos meados dos noventa, o sentido depressivo prolongado das últimas duas décadas e meia, a própria utilização da categoria depressão, foi um tabu teórico, tal era, nos círculos dominantes dos EUA e da Europa, o trauma histórico com a década negra do século, os anos trinta. Foi imensa, também, a prudência analítica entre os marxistas depois dos trinta anos de crescimento sustentado do pós-guerra, que pareceriam indicar uma capacidade nova do sistema de neutralizar, no seu desenvolvimento, as tendências às crises de tipo catastrófico. Em uma palavra, a depressão crônica da onda longa entre 1975 e 1992 foi subestimada, e hoje, a recuperação frágil do ciclo curto pós 2003, sobreestimada. Um novo impressionismo, agora simétrico, sobre as possibilidades desenvolvimentistas do sistema é ainda menos razoável. Um quadro pluricausal é, portanto, muito mais sólido, e valoriza as articulações complexas da economia e da política mundial.

A nova centralidade da política

Todas as comparações históricas só merecem ser consideradas com as restrições metodológicas de praxe. A possibilidade de uma aterrissagem brusca da economia dos EUA, o eufemismo que se inventou para evitar falar de depressão, e a crise indisfarçável dos regimes democráticos, têm sugerido inúmeros paralelos da situação atual do continente com o final dos anos 20: a crise do sistema internacional de Estados; a crise econômica crônica, ainda que sem formas explosivas; a decadência de uma inserção dependente, agro-exportadora; a pressão social trazida pela urbanização; o mal estar nas Forças Armadas como resultado da recolonização dos últimos quinze anos; o deslocamento de uma parte significativa das classes médias para a oposição aos ajustes neoliberais. Não podemos ignorar, também, a complexa rede de segurança para o capital financeiro construída em Bretton Woods ao final da Segunda Guerra Mundial: o FMI, o Banco Mundial, o Banco de Compensações Internacionais de Basileia, os Bancos Centrais de cada país, etc...

A questão de fundo é saber se, diante da crise do capitalismo, a reorganização em curso poderá gerar uma esquerda disposta à defesa do socialismo. Existe, todavia, uma diferença fundamental em relação ao cenário prévio à crise de 1929 que não podemos iludir: a nova importância que parece ter assumido a discussão de projetos histórico-estratégicos, numa época em que as formas de representação indireta da democracia representativa estão abaladas. A principal dificuldade da esquerda socialista latino-americana repousa na sua própria crise. Ela pretende ser a ala esquerda dos regimes democráticos erguidos depois do ciclo das ditaduras militares, renunciando ao socialismo como alternativa à recolonização em curso pelo "capitalismo real", ou uma oposição ao sistema? O desprezo pela importância do tema da representação, em geral, e dos sujeitos políticos coletivos, em particular, isto é, a relação das classes com seus partidos revela uma incompreensão do lugar da História entre as outras ciências sociais "vizinhas", e explica mais sobre os pontos de vista de quem faz a análise, do que sobre o seu objeto de estudo.

Expliquemo-nos: estamos defendendo, ao contrário da hipótese de Chico de Oliveira, por exemplo, que estaríamos diante de uma nova centralidade da política, maior que no passado, não menor. Os partidos do regime eleitoral defendem, como reconhece Chico de Oliveira, projetos muito semelhantes, com diferentes variações no varejo. Se a esquerda não defender o socialismo, ela será, necessariamente, uma força política auxiliar dos regimes democráticos, ou seja, uma válvula de escape para o descontentamento popular. A subjetividade das classes se manifestaria nos mais variados terrenos da vida social, e não somente por dentro dos partidos eleitorais. Os partidos eleitorais estão cada vez mais parecidos uns

com os outros, e a crise das instituições, maior ou menor dependendo do país, se agravou, seriamente, por sucessivos escândalos de corrupção. Mas, a política não se reduz somente às campanhas eleitorais. A vida política continua depois das eleições, e a luta de classes se expressou, também, nos últimos anos na importância decisiva de respostas qualificadas a conflitos aparentemente “moleculares”: redução da jornada de quarenta horas para reduzir o desemprego, ou acordos de redução de direitos em um setor industrial (como foi o pacto das montadoras no ABC); projetos educacionais de aumento da acessibilidade ao ensino superior como as cotas raciais ou privatização do ensino superior; tóxico-dependência como um problema de saúde pública, ou criminalização do consumo e construção de um sistema penitenciário à maneira americana; política de tributos (impostos sobre a renda e patrimônio ou sobre o consumo); crise ambiental; gratuidade dos serviços públicos; aumento da escolaridade; financiamento da previdência; política de compensação às desigualdades regionais; autonomia ou controle do poder judiciário; critérios de representação e remuneração parlamentar; controles públicos sobre o Estado nas diferentes instâncias de poder; liberdade de organização, regulamentação de códigos para a mídia, etc, etc... Enfim, uma infinidade de outras questões.

A politização aguda de aspectos da vida social avançou e não diminuiu, ao contrário do que divulga o abecedário neoliberal. As classes dominantes não encontraram, pelo menos por enquanto, uma outra plataforma a que se agarrar e por isso sua hegemonia está ameaçada. As políticas sociais compensatórias não podem manter, indefinidamente, a governabilidade de um continente que parou de crescer, ou cresce muito lentamente. E nesta nova primazia da política está o fundamento da necessidade de projetos político-históricos que galvanizem bases sociais capazes de sustentar uma alternativa socialista.

²[1] MARX, Karl, Manifesto de fundação da Associação Internacional dos trabalhadores, **La Internacional**, México, Fondo de Cultura Económica, 1988, p. 4. Tradução nossa.
